

Coim  
Cat. XXV  
Ca. B  
N.º

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO I



COIMBRA / 1940

DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES — Documentos particulares (volume ni  
— A. D. i ioi-i 115), Lisboa, 1940, 486 págs.

Em edição comemorativa do duplo centenário da fundação e da restauração de Portugal, continuou a Academia Portuguesa dá História a publicação dos nossos documentos diplomáticos medievais com o 3.º volume de *Documentos particulares*, que se segue cronològicamente ao tomo 1 dos *Diplomata et Chartae* da famosa colecção intitulada *Portugaliae Monumenta Historica*, que Herculano dirigiu e a que deu tão forte impulso.

Para o efeito foi nomeada uma comissão constituída pelos académicos Prof. Manuel Paulo Merêa, Conde de Tovar, Tenente-Coronel Costai. Veiga, Prof. Damião Peres e Dr. Rui Pinto de Azevedo, desempenhando o primeiro as funções de presidente e o último as de secretário a quem foi Confiada a execução do plano que cuidadosamente elaborara.

Consistia êste na publicação de todos os diplomas particula^ res dos arquivos portugueses desde noi até ao fim do séc. xn; na publicação dos diplomas condais e régios (D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques); na reedição dos diplomas particulares dos nossos cartórios até noi, já publicados nos *P. M. H. (Diplomata et Chartae)* — reedição aditada com mais alguns que apareceram depois, e expurgada dos êrros e deficiências que aquela contém por má leitura provocada, sobretudo, por ter sido feita sobre cópias tardias de que vieram depois a aparecer os respectivos originais; e finalmente na publicação de todos os documentos de cartórios espanhóis até à fundação da monarquia portuguesa que tenham interesse para a nossa história.

Desde logo revelou o Dr. Rui de Azevedo competência e qualidades verdadeiramente excepcionais para o desempenho da delicada missão que lhe era confiada, pois à sua grande competência diplomática e paleográfica aliava um espírito de meticulosidade e uma preocupação de rigor verdadeiramente inexcedíveis — qualidades essas que, afinal, não são senão o reflexo de uma requintada probidade mental que o impõem ao respeito e à admiração de quantos teem podido acompanhar de perto o seu labor.

Mas um trabalho desta natureza é demasiadamente complexo para poder ser realizado apenas por um.

De facto a transcrição dum documento, que se refere a instituições e a acontecimentos por vezes mal conhecidos, que menciona topónimos e antropónimos que nem sempre teem correspondência em épocas mais recentes, e que, ainda para mais, está escrito numa linguagem heterogénea e indecisa, e duma maneira irregular e arbitrária, apresenta dificuldades e põe problemas que nem o conhecimento dos factos históricos, nem mesmo o da paleografia e da diplomática bastam, por vezes, para resolver (4).

Por isso se impunha a cooperação sobretudo de quem estudasse os documentos sob os aspectos filológico e jurídico, depois de tratados sob o ponto de vista paleográfico e diplomático.

Com notável competência o Dr. José Saraiva fez a revisão lingüística dos diplomas transcritos, indicando as alusões a passagens dos livros santos, e estudando a sua cronologia por vezes expressa duma maneira tão enigmática e confusa (2); e, finalmente, elaborou os sumários, dando a primeira forma à sua redacção.

E, para que nada faltasse, o Prof. Dr. Paulo Merêa, que à sua vastíssima cultura jurídica alia um profundo conhecimento da História e da Filologia, que é ainda verdadeiramente Mestre pelo método de trabalho, pelo inexcedível poder de análise e pela extraordinária agudeza de visão, deu também a esta obra o melhor do seu esforço, analisando e revendo os textos, especialmente sob os pontos de vista jurídico e filológico.

Do seu trabalho pôde dizer Rui de Azevedo : «Impossível se nos tornaria individuar as matérias em cuja discussão, feita através de cartas e relatórios quasi quotidianos, interveio o referido Professor, porquanto a sua colaboração abarca todas as modalidades da obra: é uma colaboração integral». (\*)

(\*) A tôdas estas circunstâncias há ainda a acrescentar o estado de deterioração em que tantas vezes se encontram os pergaminhos — deterioração provocada não só pela acção do tempo como pela aplicação das chamadas «águas aclaratorias». Como muito bem observa R. de A. no prefácio da obra, «é certo que o documento medieval se assemelha ao diamante em bruto, que necessita de paciente e esmerada lapidação antes de se exhibir em público».

(2) Com tanto cuidado estudou o ilustre Professor este tema, que sôbre ele escreveu um extenso e muito valioso trabalho, que será publicado no próximo número da *Revista Portuguesa de História*.

Elaborado com tanto cuidado, este volume dos *Documentos Medievais Portugueses* não podia deixar de ficar uma obra verdadeiramente monumental.

Realmente, poderá haver quem às normas adoptadas possa preferir outras, quem encontre mesmo algum lapso, mas nunca a crítica honesta deixará de reconhecer que a orientação seguida está perfeitamente actualizada e obedece a um critério absolutamente científico. E verificará ainda, sem esforço, que o plano da obra foi magistralmente executado.

Começaremos por nos referir aos trabalhos preliminares : pesquisa arquivística e inventariação dos documentos.

Este trabalho inciou-se, como é natural, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por ser aí que se conserva a maior riqueza documental. Dirigiu-o o Dr. Rui de Azevedo, que traçou as normas a que devia obedecer — normas essas seguidas, depois, em todos os outros arquivos (3).

A pesquisa não se limitou aos núcleos ou às colecções de documentos medievais : abrangeu todos aquêles onde deviam estar não apenas originais, mas também cópias, podendo assim de certo modo, considerar-se exhaustiva (4). Que, pelo menos, foi extremamente meticulosa, prova-o o facto de ter aparecido um número bastante considerável de documentos que escaparam aos organizadores dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

A inventariação abrangeu todos os documentos do séc. XII, à excepção das bulas. De cada diploma se fazia um sumário indicando a respectiva data, nomes do autor e do destinatário, a natureza do acto realizado, a indicação do seu objecto e, final-

(3) Foram os seguintes: Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Municipal de Guimarães, Arquivo Distrital do Pôrto, Arquivo da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Manuscritos), Biblioteca Municipal do Pôrto (*idem*), Biblioteca Pública de Viseu (*idem*).

(4) Muito de propósito disse *de certo modo*, pois, como adverte R. de A, «foram excluídos alguns arquivos e bibliotecas, embora importantes: uns, por se saber não conterem fontes do período em publicação; outros, por terem já catalogadas as poucas espécies que interessam à obra, e ainda outros onde possivelmente se guardam algumas cópias tardias, mas que por deficiência de organização obrigariam a uma pesquisa extremamente demorada».

mente, o nome do notário, bem como a indicação da proveniência e da cota arquivística — dados estes considerados indispensáveis à sua identificação. Em seguida, todos estes verbetes foram ordenados cronologicamente, em relação a cada cartório.

Assim se procurou fixar a proveniência de todos os documentos. Trabalho árduo e difícil, pois, relativamente a muitos que, durante séculos, foram sucessivamente incorporados em diferentes cartórios e, finalmente, na Torre do Tombo, só pela minuciosa análise dos-seus caracteres intrínsecos e extrínsecos se pôde averiguar a sua origem (5).

Realizado o trabalho de inventariação, iniciou-se a transcrição dos diplomas, seguida de sucessivas revisões feitas, como cumpria, com o máximo cuidado. Assim, o texto dos documentos publicados neste volume pode ser seguido com inteira confiança pelos investigadores, pois apenas se afasta dos originais ou apógrafos transcritos em obediência a determinadas regras cuja aplicação só contribue para tornar o texto mais compreensível.

Assim, as iniciais de todos os topónimos e antropónimos, títulos divinos e nomes gentílicos foram escritas em caracteres maiúsculos.

E certo que a adopção deste critério tem inconvenientes, pois pode obrigar a soluções arbitrárias. Porém, só raras vezes isso sucedeu, sendo, na grande maioria dos casos, a interpretação dada absolutamente segura, e constituindo assim precioso esclarecimento para o leitor, que muitas vezes não dispõe dos elementos que o habilitem a dar com segurança uma interpretação — inter-

(5) R. de A. foi, porém, mais longe : promoveu, a convite do Director do Arquivo, a reconstituição dos núcleos originários, tendo conseguido ordenar os documentos dos séculos x, xi e xn e ainda os do século xm que faziam parte da Golecção Especial, i.

Sobre os resultados obtidos, ele próprio nos informa, dizendo que «a opinião pessimista de muitos, em cujo número se conta o referido historiador alemão (Gari Erdmann, nos *Papsturkunden in Portugal*, pág. 27), sobre as possibilidades de reconduzir o riquíssimo núcleo de documentos desta última colecção às suas proveniências, acha-se francamente abalada perante os resultados obtidos na parte já trabalhada. É, na verdade, muito reduzido o número de documentos não identificados pelos cartórios de origem...» (pág. xm).

Resta dizer que R. de A. teve o cuidado de, «na moderna ordenação que figura já nos *Documentos Medievais*, conservar as cotas antigas e elaborar índices remissivos».

pretação de que, no entanto, lhe é absolutamente necessária à boa compreensão do diploma.

O mesmo diremos sobre o critério seguido relativamente à pontuação. Todos sabem como é arbitrária e confusa a pontuação dos textos medievais. Por isso, uniformizá-la e simplificá-la é por vezes indispensável. Não quiseram, no entanto, os editores — e muito bem — « forçar interpretações » e, assim, a reduziram ao mínimo indispensável à clareza do texto.

Todas as abreviaturas são, em regra, desdobradas <sup>(6)</sup>. No entanto mantem-se o *e* cedilhado e o *J* aspado.

E sabido que o primeiro corresponde ao ditongo *ae* ; mas como se verificavam, nos documentos da <sup>XII</sup> centúria, bastantes anomalias no seu emprêgo, R. de A. preferiu manter a cedilha.

Quanto ao *X* aspado, que é empregado sempre com valor de quarenta, havia, no entanto, vantagem em mantê-lo para evitar formas à primeira vista confusas, como por exemplo: *LXL*. Trata-se, de resto, de uma particularidade paleográfica dos nossos documentos que é interessante mostrar, até para explicar erros cometidos por copistas menos peritos.

Não basta, porém, — assim se entendeu, e muito bem — apresentar os documentos cuidadosamente transcritos. E, evidentemente, aconselhável, para facilitar o trabalho dos investigadores, dar do seu conteúdo uma ideia suscinta. A sua publicação foi, por isso, precedida dos respectivos sumários que «visam a resumir apenas a matéria essencial dos documentos, procurando sempre traduzir fielmente o sentido jurídico destes sem a preocupação de excessivo rigor técnico».

Assim, seguindo escrupulosamente estes princípios, que aqui apenas se indicam sem descer ao pormenor com que, no prefácio do volume, a êles se refere o seu erudito organizador, se transcreveram 526 documentos particulares de 1101 a 1115 provenientes de Lorvão, Sé de Coimbra, Pendorada, Pedroso,

(6) Exceptuam-se as abreviaturas *conf.* e *ts.* quando se seguem ao nome dos confirmantes ou das testemunhas.

Quanto ao critério seguido para o desdobramento há a considerar os casos duvidosos em que a preferência de R. de A. «assentou na verificação da maior constância dos vocábulos correspondentes quando empregados por extenso». Relativamente à grafia adoptada no desenvolvimento das abreviaturas, seguiu-se, quanto possível, a dos próprios escribas.

Sé de Braga, Moreira, S. Simão da Junqueira, Arouca, Grijó, Rio-Tinto, Santa Cruz de Coimbra, Tarouquela, Pombeiro, Paço de Sousa, Cête, Sé de Vizeu, S. Jorge de Coimbra, Colegiada de Guimarães, Yilarinho, Vilela, Vairão e Roriz.

Inútil é encarecer o valor incalculável desta riquíssima colectânea que, de futuro, servirá de base, de indispensável ponto de partida a todos aqueles que pretenderem reconstituir a história deste período em seus aspectos político, económico, social, jurídico, etc.

Mas não só os historiadores encontrarão aqui um manancial inexgotável: êstes documentos são ainda preciosos para os filólogos que estudam a formação da língua portuguesa.

A edição é valorizada por um índice cronológico geral e por outro cronológico-remissivo dos documentos publicados com data crítica ou duvidosa. A falta de outros índices (antroponomástico, toponomástico e ideográfico) seria, realmente, muito sensível e digna de reparo, se não se tratasse duma série de volumes que, uma vez publicada, será completada com todos esses instrumentos de trabalho, indispensáveis sobretudo a uma obra como esta, que terá de ser, evidentemente, de consulta constante.

A apresentação material do volume é muito cuidada. Renunciou-se ao grande formato *in folio* dos *Portugaliæ Monumenta Historica*, que tão incómoda torna a sua consulta, apresentando-se a obra *in quarto*. Mas, ainda assim, se podia ter ido mais longe neste sentido, pois o formato do volume deveria ser ainda um pouco menor, não excedendo as dimensões da segunda série dos *Monumenta Germanice Historica*.

Merecem ainda uma menção especial as dez tábuas (xxi a xxx) que acompanham o volume e que reproduzem, em simile-gravuras muito nítidas, quatorze dos documentos publicados. A selecção foi orientada pelas características extrínsecas dos diplomas, sendo os exemplos apresentados muito valiosos para o estudo da evolução em Portugal da escrita visigótica (cursiva, semi-cursiva e redonda) ainda bem caracterizada e já de transição para a escrita Carolina.